

O fracasso do modelo econômico

11 SET 1983

Economia - Brasil Barbosa Lima Sobrinho

SEMPRE fui partidário da eleição direta do Presidente da República; para complemento de uma verdadeira democracia. Nunca mudei de opinião a esse respeito. Quando aceitei figurar na chapa do MDB, dos antecandidatos de 1974, ao lado de Ulysses Guimarães, minha primeira declaração pública foi a de que não era candidato a coisa alguma, nem havia cargo a disputar, num jogo de cartas marcadas. Era, tão-somente, contestante de um regime que marginalizara o povo, na escolha de seu supremo governante.

Uma vez que tenho cadeira cativa no assunto, não sinto dificuldade em me pronunciar agora, para dizer que não vejo na eleição direta do Presidente da República remédio imediato para a crise em que se debate o Brasil, pois que a eleição para a sucessão do Sr João Figueiredo só se realizará, provavelmente, em novembro de 1984, e a posse de seu sucessor, a 15 de março de 1985, termo já fixado para a conclusão do seu período presidencial. Uma solução como 18 ou 19 meses de prazo estaria longe de ser a curto prazo. Quando muito a médio prazo, em face de uma crise que aprofunda suas garras na economia do povo brasileiro.

Isso mesmo se não vier a prevalecer a tese do Governador Leonel Brizola que admite mandato tampão de dois anos, como compensação para o abandono do atual Colégio Eleitoral, depois de firmado o compromisso para a adoção da eleição direta. Num caso em que o doente já está recolhido ao hospital, condenado a uma situação de miséria e de fome. O remédio lhe seria ministrado daqui a 42 meses, com um pleito em novembro de 1986 e a posse do Presidente a 15 de março de 1987. Será que ainda estará vivo o desgraçado?

Seria, pois, uma solução a ser adotada daqui a 42 meses. Foi para episódio semelhante que um dos maiores economistas de nossos tempos, o insigne Lord Keynes, observou que, a longo prazo, todos estariam mortos. Se não mortos, pelo menos de tal modo enfraquecidos e debilitados, que talvez nem encontrassem forças para aplaudir o Messias, escolhido pelo voto direto do povo brasileiro.

Prefiro, por isso, que se adote medicina de urgência, não garantindo que não recorra à cirurgia. E, como o Presidente atual está aparelhado para esse grande esforço, não elimino a hipótese de que devesse caber a ele o encontro das medidas oportunas. Não eram menores as dificuldades para al-

cançar o regime de abertura, iniciado pelo Presidente Geisel e continuado, com maior amplitude, pelo Presidente João Figueiredo. As resistências reacionárias eram imensas, apoiadas nos exemplos do famoso Cone Sul. Exigia-se energia e desassombro, que felizmente não faltaram aos governantes brasileiros.

Desgraçadamente, o progresso político foi reduzido e prejudicado pelo modelo econômico adotado pelos que pareciam haver monopolizado a ciência com uma arrogância de intimidar descrentes. Davam a impressão de que possuíam as chaves da caverna da sabedoria. Eram donos de tudo, e ainda guardavam as imensas doses de chacotas e remogues para afugentar adversários, mesmo quando já se tornara possível discordar.

E confesso que não estou entre os que afirmam que o Presidente João Figueiredo já está prisioneiro dessas forças, que o Sr Jânio Quadros denominava *ocultas* e que, na verdade, não são tão ocultas quanto parece. Acredito que a ressonância seria de tal ordem para providências de reação, que reduziria ao silêncio restrições e resistências de qualquer natureza, como aconteceu no Brasil, quando Pedro II enfrentou o Ministro Christie, que representava então o poderio incontestável da Inglaterra. A opinião pública proporcionaria apoio suficiente para que sentisse que a voz Presidente não era senão a voz soberana do povo brasileiro.

A impopularidade do modelo econômico chegou a extremos difíceis até mesmo de imaginar. Se se fizesse, já não digo um plebiscito, mas uma pesquisa de opinião, para saber quantos apóiam o atual modelo econômico, estou certo de que mais de 70% o condenariam, e os outros 30% teriam que ser divididos entre os indiferentes ao problema, e os que não têm nenhuma convicção, restando, assim, aos apoiadores, uma percentagem ínfima.

E a impopularidade tende a estender-se a todos os que são responsáveis pela continuação do modelo. O Presidente João Figueiredo ainda não saiu daquela faixa de popularidade, conquistada com a abertura política e com a anistia, e até mesmo por força de um temperamento extrovertido, com que se caracterizou a sua humanidade. O que não é uma qualidade freqüente em governantes, sobretudo militares, que acham que devem ser inflexíveis. Mas, se essa impopularidade o atinge, não deixará de refletir-se na autoridade de que precisará, para a coordenação do

Colégio Eleitoral que deve escolher o seu sucessor, manifestando-se tendência para que sejam escolhidos candidatos que não seriam de seu agrado, ou de suas simpatias pessoais.

Dai o nefasto fortalecimento das candidaturas de resistência, senão de oposição. Já há quem admita que o prestígio do Deputado Teodorico Ferraz, em Cachoeiro do Itapemirim, já superou o de Rubem Braga ou de Roberto Carlos. E isso tende a crescer porque a impopularidade é contagiosa. As dificuldades conquistam novos domínios. Se o Presidente João Figueiredo quisesse comandar agora, para firmar novamente o seu prestígio junto ao povo brasileiro, uma campanha pela eleição direta, já iria encontrar obstáculos nos congressistas que já devem estar sonhando com a realização das promessas recebidas dos candidatos em campanha. Na hora final das decisões, o Presidente João Figueiredo será o passado. O futuro estará ao lado dos que sabem prometer.

É evidente que já não existem condições para salvar o modelo que arrastou o Brasil ao abismo da insolvência, com uma inflação muito superior a 100%, e uma dívida interna marchando, impavidamente, pela casa dos trilhões de cruzeiros (Cr\$ 16 trilhões, até agora). E que tanto já não sabe mais para onde se virar que, sem descobrir caminhos de salvação, precisou recorrer aos tecnocratas do Fundo Monetário Internacional, que são menos economistas de fama mundial do que simples delegados de bancos estrangeiros, interessados em salvar seus patrões, e não os países que os convocaram.

Nada mais, pois, do que uma declaração de incompetência dos economistas que apelaram para o FMI, a fim de lhes ensinar como sair da crise em que se debatem. Como já não sabem como restaurar as finanças do Brasil, recorrem, assustados e humildes, aos conselhos e recomendações de uma agência bancária do segundo escalão.

Não faço injúria aos notáveis economistas que há muito se opuseram ao modelo econômico adotado. Muito menos aos admiráveis empresários que conduzem suas indústrias com inteligência e capacidade de previsão — condição essencial de quem administra uma casa de comércio e, tanto mais, de quem dirige as finanças de uma nação. Afinal, capacidade de previsão que talvez não seja senão prudência elementar, se não a quisermos classificar como equilíbrio e sensatez.